

Reunião sobre reforma da tarifa de importação no Mercosul é adiada

Fonte: *Poder 360*

Data: *08/06/2021*

Sem acordo entre Brasil e Argentina sobre a reforma e a flexibilização da Tarifa Externa Comum (TEC), alíquota de imposto de importação adotada pelos países do Mercosul e que varia de acordo com o produto, a reunião de ministros de Economia e Relações Exteriores do bloco, prevista para 3a feira (8.jun.2021), foi suspensa.

As negociações sobre essa abertura comercial continuarão. O Itamaraty espera que o acordo seja assinado em Buenos Aires na semana que vem, mas ainda não há data prevista.

As discussões são extremamente difíceis. O Brasil propõe um corte de até 20% em todos os itens da TEC neste ano -10% assim que o acordo for assinado e mais 10% em dezembro. Isso significa que a mais alta tarifa, que atinge produtos eletrônicos e automóveis, entre outros, cairia de 35% para 28%. A Argentina quer reduções distintas nas tarifas de diferentes setores.

Embora a proposta do Brasil não chegue a ser ambiciosa, a negociação traz à tona divergências históricas entre os dois vizinhos. A Argentina tem se mantido bem mais ciosa em proteger seus setores produtivos.

Segundo o embaixador Pedro Miguel Costa e Silva, secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Itamaraty, o governo brasileiro ofereceu um meio-termo para acomodar essa diferença: fazer a redução tarifária de 20% neste ano nos itens em que há consenso entre os sócios. Para os demais, cada país seguiria um cronograma para alcançar no futuro esse corte de 20%.

“Há concordância sobre esse corte tarifário para um conjunto de bens. Tentamos convencer que, para o restante, nós fazemos no nosso momento e eles fazem nos deles. Mais adiante, chegamos ao mesmo ponto”, disse Costa e Silva.

“Cada país já aplica tarifas diferentes por causa dos regimes especiais da TEC”, completou o embaixador, referindo-se às inúmeras exceções para setores como bens de capital, que tornam a TEC comparável a uma “peneira”.

Essa proposta intermediária não atrasaria ainda mais a intenção do Brasil de abrir-se um pouco mais ao comércio internacional, como promete o ministro da Economia, Paulo Guedes, há mais de 2 anos.

No bloco, é preciso consenso na tomada de decisões. Paraguai e Uruguai estão com Guedes. Sem o aval da Argentina, o risco é de o Brasil vir a tomar uma iniciativa intempestiva, como sair da união aduaneira do Mercosul.

A divergência entre Argentina e Brasil sobre a reforma da TEC saiu da esfera técnica e ascendeu à política com a divulgação de nota conjunta dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. No texto, ambos apoiam a Argentina, que está isolada nessas negociações.

“Concordamos com a posição do presidente da Argentina, Alberto Fernández, de que este não é o momento para reduções tarifárias unilaterais por parte do Mercosul, sem nenhum benefício em favor das exportações do bloco”, diz o texto de Lula e FHC.

FLEXIBILIZAÇÃO DA UNIÃO ADUANEIRA

Os ex-presidentes foram além e questionaram também o outro capítulo das negociações – a flexibilização da união aduaneira.

“Concordamos também que é necessário manter a integridade do bloco, para que todos os seus membros desenvolvam plenamente suas capacidades industriais e tecnológicas e participem de modo dinâmico e criativo na economia mundial contemporânea”, diz a nota.

A opinião comum dos ex-presidentes surpreendeu o Itamaraty, que coordena as conversas pelo Brasil. A reforma e a flexibilização da TEC - o pilar da união aduaneira formada pelos sócios do Mercosul – são temas mais do que urgentes há muito tempo. Em boa medida, porque as tarifas de importação definidas nos anos 1990 não refletem mais a estrutura produtiva do bloco.

A proposta de flexibilização da união aduaneira, de autoria do Uruguai e apoiada pelo Brasil, permitiria o avanço mais rápido das negociações de liberação comercial com outros países e blocos. Quem está melhor preparado, sai na frente, individualmente. Os demais seguem as negociações em seu tempo e ritmo.

Não se trata de nada novo, mas de regulamentar com clareza o que já está em prática há mais de 20 anos, segundo Costa e Silva. Paraguai e Argentina, entretanto, se opõem.

“Precisamos ter todas as garantias sobre esse modelo no papel para que um ou mais sócios do Mercosul possam avançar e serem seguidos, depois, pelos demais”, afirmou o negociador.

Esse modelo foi a opção do Mercosul para a liberalização comercial com o México, por exemplo. Os dois lados se comprometeram com esse objetivo em um acordo-quadro, e cada sócio do Mercosul fechou o que era possível com o México.

Segundo Costa e Silva, a flexibilização em nada prejudicará os acordos de livre comércio já fechados -porém, ainda não assinados nem aprovados pelos Legislativos- pelo Mercosul. Até o momento, há dois nessa situação: com a União Europeia e com a EFTA (Associação de Livre Comércio Europeia).

“A TEC já é mais alta para todos os grupos de produtos. Se baixar 20%, o parceiro não perderá nada, apenas vai acelerar a sua preferência no comércio com o Mercosul”, disse Costa e Silva.